

# O Estado da Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais

RUI JORGE SEMEDO

## Resumo

Este trabalho aborda os obstáculos à construção do Estado da Guiné-Bissau, tendo como referência o regime político instalado em 1974. A análise concentra-se na transição do poder das mãos do colonizador às do Partido para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), que então representava uma aspiração guineo-cabo-verdiana.

**Palavras-chave:** Estado; Poder; Instituição; PAIGC.



## The Guinea-Bissau State and the political-institutional challenges

### Abstract

This work approaches the obstacles to State construction in Guinea-Bissau and takes as its point of departure the political regime installed in 1974. The analysis concentrates on the transition of power from the colonial regime to the PAIGC (African Party for the Independence of Guinea-Bissau and Cape Verde), which at the time represented Guinean-Cape Verdian aspirations.

**Keywords:** State; Power; Institution; PAIGC.

---

### RUI JORGE SEMEDO

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos-SP e pesquisador associado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Guiné-Bissau.

## 1 A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA: O ESTADO DA GUINÉ-BISSAU

As décadas de 1970 e de 1980 foram marcadas por duas importantes transformações políticas que, em síntese, resultaram das vicissitudes da Guerra Fria.<sup>1</sup> A primeira foi a adesão democrática por um grupo de países e a segunda se notabilizou pela autodeterminação de novos Estados na África que optaram por modelos ditatoriais de partido único. Se neste período um grupo de países da Europa e da América do Sul aderiu à democracia, entre eles, Portugal, Espanha, Grécia, Argentina, Brasil, etc.,<sup>2</sup> paralelamente, na África-Portuguesa, os cinco Estados que até então estavam sob os domínios portugueses obtiveram suas independências, a maior parte por meio de uma luta armada.

De acordo com Silva (1997, p. 285), à luz do direito internacional, foram quatro os pilares em que se assenta a proclamação do *Estado guineense*:<sup>3</sup> os princípios da liberdade, universalidade, igualdade de direitos e cooperação internacional. Eis o sentido de cada um dos pontos:

Liberdade, quer dizer, autodeterminação, descolonização completa, proibição do recurso à força e da intervenção estrangeira, banimento dos tratados desiguais, da ocupação estrangeira, das bases militares, etc. Universalidade, quer dizer, participação mais eficaz e completa nas organizações internacionais e nos seus órgãos, mediante revisão da sua composição. Igualdade de direitos, quer dizer, proibição de toda a relação de dominação, soberania igual, direito sobre os recursos naturais, etc. Cooperação internacional, quer dizer, direitos do homem, cooperação econômica, direito do desenvolvimento, etc.

Teoricamente, partindo desse pressuposto, o PAIGC saiu das negociações e entrou na capital Bissau em outubro de 1974 para inaugurar o início da Primeira República onde assumiu pela primeira vez o desafio de lidar com a complexidade da máquina burocrática, principalmente com as contradições que esta requer –

---

1 Sobre os reflexos da Guerra Fria no mundo e, em particular, na África, consultar Hobsbawm (1995).

2 Ver Huntington (1993).

3 Destaque meu.

sobretudo, a distribuição dos cargos públicos e a garantia do bem-estar dos cidadãos. E a situação era complexa, porquanto, além de ter sido a primeira vez que o partido realmente teria contato com as exigências de governar, também apresentava escassez de militantes com qualidades técnico-administrativas necessárias para fazer a máquina pública funcionar.

Nesse sentido, vale observar a forma como se verificou essa transferência político-administrativa do poder. Isso porque a independência fora assinada sem que as partes levassem em consideração a condição peculiar das colônias, caso específico da Guiné, onde ainda não se formara uma estrutura técnico-administrativa nativa para assegurar a existência do novo Estado e dar continuidade aos desafios de governação. Para compreender o cenário é preciso reconhecer, entre outros, o ressentimento dos onze anos de confrontação militar e diplomática e a pressão interna feita na metrópole, as quais podem estar na base de uma negociação que apenas teve como prioridade a desocupação em detrimento de elaboração de diretrizes consistentes passíveis de servir de bases sólidas que sustentam a implantação de um novo modelo político-governativo. Entretanto, se por um lado o PAIGC, que por longo período viu grande parte da sociedade que defendia sendo marginalizada dos principais direitos sociais, políticos e econômicos, preferiu uma independência total,<sup>4</sup> abdicando da oportunidade de poder contar com a contribuição e experiência de Portugal na instalação do recém-proclamado Estado, por outro, assistiu-se à excessiva euforia dos liberais de 25 de abril a observar apenas a retirada das forças coloniais como solução imediata. Todavia, os acordos de autodeterminação abdicaram dos impactos de mais de quatro séculos da presença no além-mar.

Conforme salientou Forrest (1993, p. 60-61), o abandono total das forças armadas portuguesas, vistas na época como um instrumento mais eficaz da estrutura organizativa que Portugal mantinha

---

<sup>4</sup> Alguns países africanos vizinhos da Guiné-Bissau, nomeadamente os da colônia francesa com a exceção da Guiné-Conacri, ao negociar suas independências, optaram pelo neocolonialismo em vez da independência total, ou seja, sistema no qual o colonizador continua a influenciar a política econômica do país, enquanto aos nativos é reservada a responsabilidade política de governar.

na Guiné, eliminou o mais importante mecanismo organizativo de apoio à implantação do Estado pós-colonial. Essa rotura teve rápido reflexo, pois embora o PAIGC recebesse apoio dos seus aliados como a ex-URSS, Cuba, Suécia, e outros parceiros, deparava em termos administrativos com dificuldades de atender às demandas exigidas pela burocracia pública. Outro fator a salientar é a inflexibilidade do PAIGC em decidir afastar ou colocar numa posição subalterna os indivíduos que serviram à administração colonial, alguns, inclusive, condenados por crime de traição à pátria.

Não obstante, apesar de ser um regime eminentemente de ditadura militar, os comissariados (termo na época equivalente aos ministérios) foram assumidos por militantes que desempenhavam funções políticas durante a revolução na sua grande maioria, situação evidenciada no Decreto Lei nº 3/73 de 24 de setembro que dispõe sobre a nomeação do governo. Enquanto os que se destacaram mais por habilidades militares, na sua maior parte, concentraram-se nos quartéis ou no desempenho de funções de governadores nas regiões ou de diretores gerais em repartições públicas, tanto de um como do outro lado, era visível a escassez de técnicos com qualidade necessária às exigências administrativas. Além de manter a estrutura do funcionamento burocrático do Estado colonial, de acordo com Forrest (1993), a prioridade do novo governo acentava-se sobretudo em consolidar e reforçar o poder da burocracia estatal, tendo como ênfase aumentar as dimensões da burocracia com imediata proliferação de organizações governamentais e do recrutamento de centenas de novos servidores públicos. Desta forma, procurava seguir os passos históricos da imediata expansão pós-colonial dados pelas burocracias estatais dos países como Senegal, Gana, Serra Leoa, Camarões, etc.

No tocante à situação de dificuldades que o partido enfrentou em termos administrativos, duas leituras se fazem presentes: para uns a colonização impediu os guineenses, tanto do ponto de vista educacional como administrativo, de ocuparem os cargos de proeminência burocrática (FORREST, 1993), quer no partido em oposição à liderança cabo-verdiana quer na própria administração colonial, enquanto para outros o próprio modelo político implantado no pós-independência – a ditadura – criou um critério

seletivo para indicar quem deveria assumir cargos no governo e no partido, sendo que o requisito principal seria a participação na luta de libertação. Apesar de as duas leituras serem válidas para compreender a dinâmica política pela qual o país passou, é, no entanto, contraditória a independência que o partido afirma ter concedido às sociedades guineenses e cabo-verdianas.

Na realidade, não houve uma profunda transformação em termos de liberdade como base dos preceitos dos direitos humanos, isto é, na Guiné e em grande parte dos países africanos a independência não se traduziu em existência de oportunidades ao desenvolvimento. Observou-se apenas a substituição de uma força repressora estrangeira por outra nacional igualmente repressora. Ou seja, a “independência” conquistada não se afigurava no conceito real da liberdade perspectivada por Sen (2000, p. 25), o qual está intrinsecamente ligado aos cinco tipos distintos que incluem liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Entre os cinco tipos distintos, apenas “oportunidades sociais” podia ser muito timidamente percebida, porquanto o acesso de pessoas à educação com a criação de internatos em diferentes regiões do país, maior acesso ao emprego na administração pública e construção de dezenas de postos sanitários e outros bens sociais se tornaram mais visíveis do que no período colonial. No entanto, contrariamente, não houve conciliação entre o que podemos chamar de projeto da independência e os requisitos da liberdade de acordo com as premissas liberais dos direitos humanos. E as contradições verificadas, principalmente, na implementação de políticas públicas deveu-se, por um lado, à carência de preparo técnico-administrativo, reflexo da herança colonial e, por outro lado, à ausência da liberdade imposta pelo regime e pela relação de poder estabelecida entre os atores em disputa desde os primeiros momentos da formação do movimento de libertação. Todavia, um dos pontos de partida para a compreensão de relação de poder na Guiné-Bissau, além da sua complexa estrutura étnico-social, é o contexto da formação da elite nacional. Esse assunto será a nossa próxima abordagem.

## 2 A VANGUARDA DA ELITE GUINEENSE

A formação ou surgimento da elite guineense é anterior à formação do PAIGC e tem seu limiar durante o processo colonial, no entanto, sua vanguarda era marcadamente mestiça. Nas colônias, com exceção de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a estrutura social era excludente e hierarquizava as populações em civilizados e indígenas.<sup>5</sup> Essa estratégia perversa pretendia forjar uma elite dos assimilados com a missão e obrigação de servir o sistema como instrumento de dominação e auxiliar na defesa dos interesses colonizadores junto às massas colonizadas que não eram consideradas cidadãos.

Naturalmente, como aconteceu com praticamente todos os movimentos de libertação em África Lusófona, o surgimento do PAIGC fora forjado de cima para baixo por uma meia dezena de pessoas conforme os registros do partido, mas a maioria delas cabo-verdianas e/ou descendentes que tiveram a oportunidade, por um lado, de ter um nível acadêmico aceitável na época e, por outro, logicamente, de ter uma convivência muito próxima do colonizador. Alguns eram servidores públicos com considerável influência social, caso de Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, etc., e outros gozavam dos privilégios familiares. Esses indivíduos foram preparados para serem instrumentos facilitadores da dominação, e, devido às vicissitudes contextuais influenciadas pelas consequências da Segunda Guerra acabaram por contribuir no desmantelamento do sistema colonial em África Lusófona e, conseqüentemente, na criação de um Estado pós-colonial que tentou se inspirar numa sociedade de base do princípio marxismo-leninismo.

Importa salientar o papel e/ou grau de influência que a elite dos assimilados exercia junto à administração metropolitana. Paradoxalmente, apesar de legalmente gozar do estatuto de

---

5 A separação da classe nativa guineense em duas categorias, assimilados e indígenas, são, a nosso ver, pressupostos de dominação que foram criados para de alguma forma favorecer interesses coloniais, mas que acabou sendo um entrave para os propósitos da colonização. isto porque foram as elites nativas das cinco ex-colônias que forjaram através dos movimentos por eles criados e dirigidos a retirada de Portugal da África.

cidadão português, na prática, suas ações em termos decisórios não tinham uma notável influência na estrutura do poder colonial. Vários outros fatores podem explicar a situação, a começar pela própria dinâmica colonizadora que subjetiva ou objetivamente impunha limitações. Pois, se por um lado a ascensão política era restrita aos portugueses originários, por outro, os recursos políticos<sup>6</sup> que essa elite detinha davam enorme possibilidade de aceitação junto à sociedade a que de fato pertencia. E foi exatamente o que aconteceu na Guiné-Bissau com Amílcar Cabral, em Angola com Agostinho Neto, em Moçambique com Eduardo Mondlane e com outros líderes que usaram seus recursos políticos para fundamentar a ideia de uma consciência nacional forte até então inexistente nos seus respectivos países.<sup>7</sup> O surgimento dos movimentos de libertação marcou o limiar de uma organização mais abrangente e representativa que integra diferentes classes sociais nativas e/ou descendentes numa estrutura hierárquica e sociopolítica organizacional que defende uma justiça com equidade.

De acordo com Mosca (1992), em qualquer sociedade, seja de caráter político, econômico, social ou religioso, o controle do seu funcionamento fica nas mãos de uma minoria organizada que domina a tomada de decisão. Ainda segundo ele, o que leva essa minoria a dominar são os seus atributos, os quais, geralmente, são altamente valorizados pela massa, como: a educação, a posição social, a tradição familiar, a posse e os hábitos de classe. Foi nesta perspectiva que a elite emergente quase não encontrou dificuldades em adquirir de forma significativa o reconhecimento social que lhe permitiu liderar e desenvolver a revolução. Com o culminar da luta de libertação e simultaneamente a independência, o grupo que ativamente tomou parte nesta transformação político-social, naturalmente, ascendeu ao poder. Esse grupo era parte de assimi-

---

6 Para Dahl (2005) os recursos políticos são habilidades que podem ser usadas para negociar vantagens para si, para um grupo ou para uma organização. Estes recursos podem ser: conhecimento, renda, *status*, etc.

7 Sobre a construção da nação na África ver INEP (1989).

lados ou civilizados constituídos pela congregação de mestiços<sup>8</sup> e de nativos indígenas subagrupados em operários urbanos, camponeses e desempregados, que passaram a substituir a liderança portuguesa no controle da máquina pública.

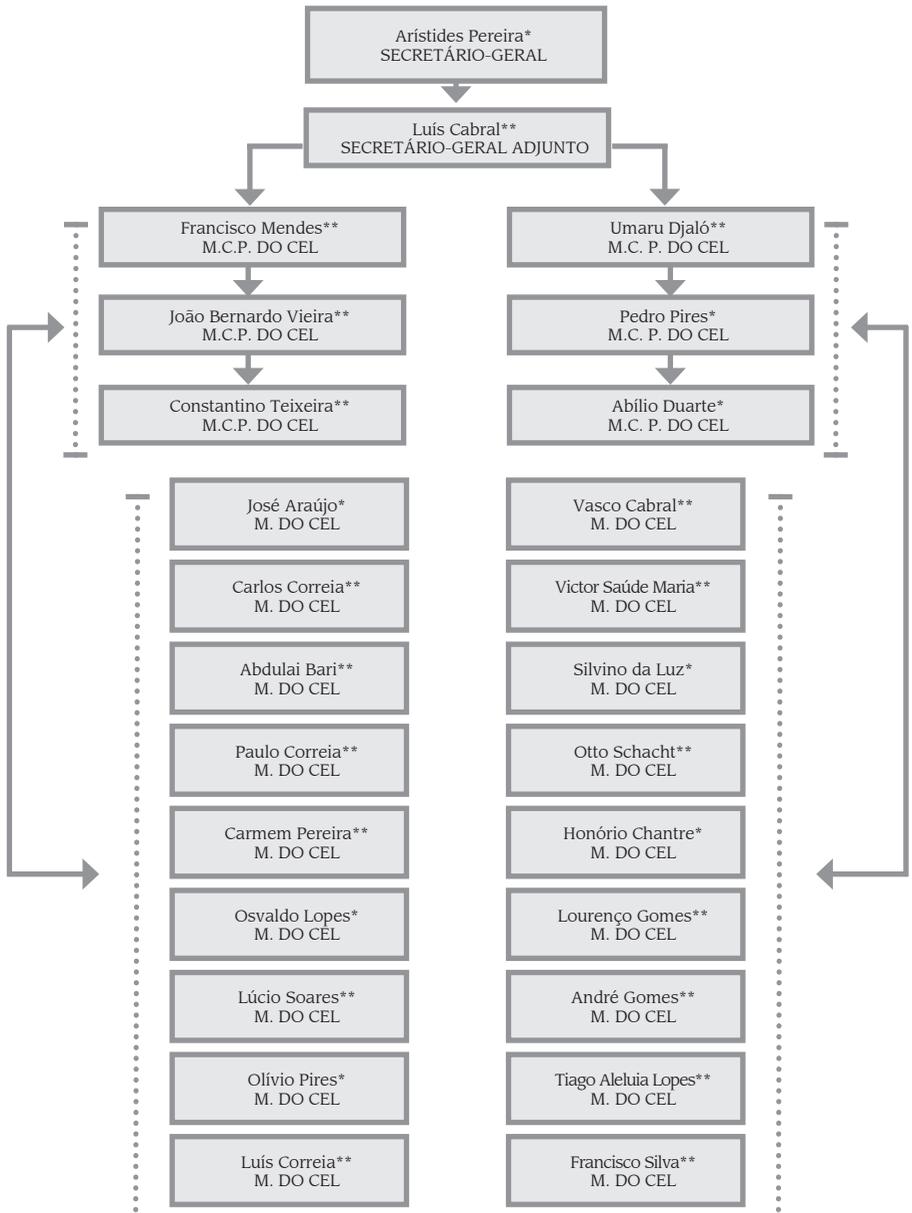
E qual foi a contribuição dessa nova elite no pós-independência? Na opinião de Augel (1996, p. 139), muito embora um dos propósitos da luta de libertação foi de garantir igual direito a todos os cidadãos, como acesso à educação, à saúde, à justiça e ao lazer, ou seja, de criar condições favorecedoras das necessidades básicas das populações, a ação do Estado guineense após a independência tem resultado mais no privilegiamento da elite emergente do que em garantir os pressupostos pelos quais havia lutado. Bastava a ascensão ao poder para repetir as práticas da época da colonização. Essa contradição levou Augel (1996, p. 151) a concluir que o Estado não pode excluir a longo prazo a massa, como aconteceu na Guiné-Bissau, porquanto esta situação é suscetível à acumulação de problemas que resultam em revoltas sociais e conflitos armados, aliás, como vem acontecendo nos dias atuais. Grosso modo pode se dizer que a “elite intelectual”, que era fechada pela própria conjuntura do regime e se encontrava na fase embrionária, não conseguiu influenciar de forma significativa as ações de governo.

Entretanto, o problema da desestruturação e/ou fragmentação da elite nacional iniciou-se no processo revolucionário. O epicentro do terremoto que sacudiu o partido pode ser observado naquilo que se considerava sua espinha dorsal, isto é, a unidade Guiné e Cabo Verde. O “Calcanhar de Aquiles” que a estratégia colonial conseguiu acertar e destruir com ataques psicossociais fomentando as diferenças sociais existentes e que, conseqüentemente, após seis anos da independência culminou com os acontecimentos de 14 de novembro de 1980. Ou seja, a grande questão estava na estrutura da direção da legenda. Embora esta tivesse mais guineenses, se pensava que a minoria cabo-verdiana e/ou descendente considerada detentora de recursos políticos influenciava as tomadas de decisões (ver fluxograma 1).

---

8 Desse grupo denominado de “Burmedju” fazem parte os descendentes de portugueses, cabo-verdianos, libaneses e outros.

O ESTADO DA GUINÉ-BISSAU E OS DESAFIOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS



**Fluxograma 1 - Direção Superior do PAIGC Eleita no III Congresso<sup>9</sup>**

9 Dos vinte e seis membros apenas oito integram a Comissão Permanente Executiva de Luta (CEL) e os restantes dezoito eram apenas membros não permanentes. \* cabo-verdianos; \*\* guineenses.

Em parte, numa perspectiva analítica sobre essa crise estrutural, pode-se dizer que a situação deveu-se, por um lado, essencialmente, à incapacidade, do partido em não conseguir ocultar os benefícios seletivos (PANEBIANCO, 2005) distribuídos entre seus militantes, no qual as origens sociais e culturais são diversas. Por outro, a condição natural que a natureza propiciou às duas nações que é radicalmente diferente foi tácita e implicitamente determinante em provocar a separação entre dois povos exaltados no Hino Nacional que lhes era comum como “ramos do mesmo tronco”.

Em linhas gerais, como se pode afirmar, a ausência de uma elite organizada na Guiné que assume o papel de vanguarda tanto do ponto de vista intelectual, quanto econômico e social contribuiu para criar dificuldades no exercício e no aperfeiçoamento do poder no âmbito de desenvolvimento de políticas públicas. Essa ausência de integração técnica elite/poder e vice-versa inverteu o papel da elite emergente que passou a usar seus recursos políticos para fins particulares de luta pela sobrevivência.

### **3 FATOS DA UNIÃO E QUEDA DA UNIDADE GUINÉ E CABO VERDE**

Centrar a história da unidade Guiné e Cabo Verde no surgimento do PAIGC, em consequência do processo de luta que este desenvolveu para a autodeterminação dos dois povos, em nossa opinião, pode conduzir o analista à incompreensão de como se desenhou o percurso da relação de aproximação entre os dois povos. Essa fase começou a ser arquitetada pelos portugueses nos primórdios da colonização, quando começaram a levar escravos da costa ocidental africana para o arquipélago, em função, principalmente, do tráfico negreiro. No entanto, sabe-se que até 1879, de acordo com a Carta de Lei de 18 de março, a Guiné, administrativamente, estava vinculada às orientações do administrador provincial de Cabo Verde (SILVA, 1997), embora não possamos afirmar que o princípio da unidade iniciada pela colonização fosse igual àquela que o PAIGC depois tentava construir. Isso porque a unidade, no primeiro momento, além de não ter uma base ideológica real, centrava-se mais na união orgânica formal tendo como prioridade o aspecto

físico-comercial, em face dos interesses econômicos de Portugal na região. E, no entanto, não se pode dizer que Amílcar Cabral ao fundar o PAIGC em setembro de 1956 não levou em consideração o processo histórico e cultural dos dois povos. É óbvio que levou, porque, aliás, ele foi o resultado da “unidade” iniciada pela colonização, e depois, apenas atribuiu à nova unidade o que lhe faltava: o caráter ideológico que assentava numa consciência social e cultural real, ou seja, na identidade própria de pertença que recusa a dominação imposta pela colonização. Uma unidade que transcendia a relação econômica e histórica e se fundamentava na construção de uma consciência coletiva. Tanto que, para Sambu (1989, p. 193), as transformações sociopolíticas do continente africano e do mundo em geral abriram uma perspectiva importantíssima no processo da unidade das *populações da Guiné e Cabo Verde*,<sup>10</sup> e o PAIGC foi decisivo na tentativa de abolir as barreiras sociais existentes naquela altura.

Neste caso, em termos de análises, preferimos ressaltar três aspectos relevantes no processo de construção desse projeto binacional: o primeiro, a realidade físico-geográfica de Cabo Verde não era propícia ao tipo de resistência idealizada pelo PAIGC, tendo em vista que, além de ser conjunto de dez pequenas ilhas, é uma região árida isolada no meio do Atlântico a algumas milhas do continente; o segundo, a relação histórica entre os dois povos e também a necessidade de fazer da união a força para enfrentar o inimigo comum; o terceiro era a dificuldade de conduzir uma mobilização bem-sucedida nas ilhas, pois o estatuto diferenciado de que gozavam os cabo-verdianos era entrave aos propósitos do PAIGC. Essa era a consciência de Cabral acerca da realidade e ele procurou encontrar na aliança mecanismos viáveis para o desenvolvimento da luta de libertação. Por que Guiné? Contrariamente a Cabo Verde, reunia condições necessárias à prática revolucionária mais segura, não só por contar com a ligação das fronteiras terrestres dos países vizinhos, mas aproveitando o sentimento de revolta à colonização que era mais visível no comportamento dos nativos da então Guiné-Portuguesa. Contudo, não é incomum

---

10 Destaques meus.

observar a existência de pelo menos dois grupos de senso comum com leituras diferentes sobre os motivos da unidade. Enquanto para o primeiro a unidade fora forjada por Amílcar Cabral para libertar Cabo Verde cuja condição natural não propiciava a subversão nos moldes idealizados por ele, para o segundo, contrariamente, se argumenta que a condição do indigenato a que a grande maioria dos guineenses estava submetida constituía um entrave à organização de lideranças com competência para dirigir o complexo processo de luta de libertação.

Em verdade, acreditamos que se uniu o útil ao agradável, pois a unidade, independentemente de algumas inconsistências verificáveis, teve importância social relevante na medida em que procurou criar uma identidade de pensamento entre classes sociais diferentes, no entanto, foi imprescindível para fazer face ao contexto da colonização. Naturalmente, Cabo Verde, por ser uma sociedade homogênea, possuía na altura uma estrutura social com nível acadêmico mais elevado comparativamente a Guiné a cuja grande maioria tinha sido negado o acesso à educação. Por isso, Cabo Verde contribuiu majoritariamente com a parte da massa crítica do movimento de libertação que se incumbia mais do aspecto funcional-administrativo e diplomático. Na Guiné, a perversidade do sistema ajudou a elevar o sentimento ante a ocupação, e sendo o palco escolhido para desenvolver a primeira fase da luta, contribuiu para fornecer a força operacional para dirigir as ações de guerrilha. É a partir dessa complementaridade na diferença que a analista Handem (1989, p. 270) observa a importância da unidade:

É desta unidade, baseada numa vontade comum de libertação do jugo colonial, que vai nascer a luta e é desta luta que vai emergir a consciência nacional, compreendida como o sentimento de pertença a uma comunidade que ultrapassa as suas fronteiras *étnico-sociais*<sup>11</sup> ou seja uma comunidade pluriétnica.

É importante também salientar que, externamente ao PAIGC, emergiram grupos com princípios nacionalistas que se opuseram à unidade Guiné e Cabo Verde, e que de forma direta ou indireta influenciaram a ala guineense do PAIGC, também contrária à unidade. Entre essas organizações, estavam a União Patriótica

---

11 Destaque meu.

Anti-Colonialista da Guiné-Bissau (UPANG),<sup>12</sup> a Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses (JURG) e a FLING, que foi a mais antiga e tradicional opositora do PAIGC e da unidade Guiné e Cabo Verde. A propósito, sobre essas organizações, principalmente a primeira, o objetivo era acabar com o que eles chamavam de neocolonialismo cabo-verdiano e a aproximação que o país tinha com os países socialistas do Pacto de Varsóvia e Cuba. Apesar de viver sob um regime que vedava possibilidades de manifestação popular, clandestinamente os grupos opositoristas, entre os quais a UPANG, utilizavam panfletos tanto para divulgar seu princípio ideológico quanto para manifestar sua oposição à unidade Guiné e Cabo Verde. Eis o que extraímos de um dos manifestos, UPANG (1976, p.16-18):

[...] na Guiné-Bissau, ainda está longe de atingir a sua concretização, de acordo com a dignidade e os anseios do povo e também com a mística e promessas de libertação tão propaladas pela direção cabo-verdiana do PAIGC. Com efeito, o nosso povo continua dominado e vexado aos olhos do mundo. O mesmo povo que viveu a euforia da libertação, colaborou com o PAIGC, enquanto movimento de libertação nacional, e o vitoriou, esse mesmo povo vive, agora, após a independência, a dilaceração do cativo e da opressão.

O neocolonialismo cabo-verdiano na nossa terra, as prisões e fuzilamento de patriotas anticolonialistas e anti-neocolonialistas, a imposição ditatorial da unidade Guiné com as ilhas de Cabo Verde, a criação de campos de concentração em Cumeré, Mansoa, Morés, Madina do Boé, Chanchungo e outros locais, a total submissão do povo ao medo e à miséria extrema, revelam os odiosos crimes e massacres que os recolonizadores perpetuam no nosso país.

Grosso modo, alguns guineenses que faziam oposição à unidade, em particular, e também alguns dos que eram militantes do partido observavam o projeto da unidade entre os dois povos como uma “outra” colonização, desta vez, do povo cabo-verdiano. Em razão disso, além das causas oficiais assumidas publicamente pelo Conselho da Revolução, o presidente da República Luís

---

12 A UPANG é a fusão de União Patriótica da Guiné (ex-MLG) com a Organização Anti-Neocolonialista da Guiné-Bissau (OANG), celebrada de acordo com o manifesto publicado no dia 7 de janeiro de 1977.

Cabral, embora tenha nascido na Guiné,<sup>13</sup> era visto, provavelmente, por causa da sua cor da pele, mais como um cabo-verdiano do que um guineense. Ou seja, nos dias atuais, além do componente étnico presente na disputa democrática pelo poder, a cor implícita ou explicitamente continua a determinar a legitimidade de quem deve ocupar o mais alto cargo da magistratura nacional.

A direção do partido ao não conseguir garantir o equilíbrio de participação nos governos da Guiné e de Cabo Verde provocou rotura com o seu princípio ideológico de unidade. Para a ex-combatente Maria Augusta Furtado<sup>14</sup> não houve a verdadeira unidade. Pois para ela, da mesma forma que havia a presença cabo-verdiana nos altos cargos administrativos civis e militares no governo da Guiné, deveria existir guineenses em Cabo Verde a ocupar funções na estrutura do governo. Existindo isso, em sua opinião, poder-se-ia evitar o desmembramento da unidade tal como aconteceu. Entretanto, o que se constatava era o seguinte: na Guiné havia cidadãos cabo-verdianos ocupando e dirigindo altos cargos na administração pública civil e militar, enquanto em Cabo Verde não havia um guineense desempenhando função de mando. De acordo com uma das premissas de Panebianco (2005), esse comportamento inevitavelmente contribui para a fragilização da organização, ou seja, a distribuição do que ele chama de incentivo coletivo e seletivo é indispensável para o controle de fatores que podem criar desequilíbrios na organização e sua consequente desintegração.

Desta forma, mesmo apesar do sucesso no campo militar sob o mérito da unidade binacional, com a conquista da independência, no campo político ou das ideias, instalou-se a contradição no seio do partido que ganhou notável proporção com aprovação da nova Constituição no dia 10 de novembro de 1980. Entretanto, quatro dias após a aprovação do novo projeto constitucional que deveria entrar em vigor em 1º de janeiro de 1981, ou seja, no dia 14 de

---

13 De acordo com o próprio Luís Cabral (1984), ele nasceu em Bissau no dia 10 de abril de 1931.

14 Combatente de liberdade da pátria, viúva de Victor Saúde Maria, também combatente de liberdade da pátria que durante sua vida assumiu funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, primeiro-ministro e presidente da Câmara Municipal de Bissau. Na abertura democrática fundou o PUSD.

novembro de 1980 o país conheceu a primeira alteração violenta da ordem constitucional, o golpe de Estado que depôs o então presidente da República, Luís Cabral. Ao observar o desenrolar das contradições no partido, o estudioso Silva (1997, p. 52) concluiu que a unidade foi um fator de tensão de divisão e do independentismo, portanto, a explicação última das crises que o PAIGC atravessou naquele momento.

#### **4 A TRANSIÇÃO DO CONFLITO**

A existência de crises (ou contradições) é própria das organizações (PANABIANCO, 2005). No caso do PAIGC, que nasceu como um movimento revolucionário, a subversão interna por meios violentos, recurso às armas e a intolerância ideológica marcaram sucessivamente a fase anterior e posterior à ruptura com Cabo Verde. Ao abdicar de considerar sua própria diversidade que, aliás, era um princípio estatutariamente declarado, o PAIGC, no ponto de vista do que é política para Arendt (2007, p. 21), deixou de concebê-la como relação entre diferentes e se primou de forma dogmática pela homogeneização ideológica de princípios que consequentemente o conduziu a crises profundas e violentas.

De acordo com Sambu (1989), a situação de conflito instalada no PAIGC no período pós-14 de novembro tem duas possíveis explicações: a primeira, é a disputa entre Mandingas e Beafadas, liderada, sobretudo, pelos coronéis Iafai Camará e Ansuma Mané ante Balantas sob a liderança de Paulo Correia e Viriato Pã; a segunda, foi a consequência do referido antagonismo que resultou na fomentação das intrigas palacianas atribuindo poderes às armações da polícia política (civil e militar) que deu origem a prisão arbitrária e fuzilamento de militantes e altos responsáveis do partido, majoritariamente da etnia Balanta.

Quanto à explicação da vertente étnica no conflito guineense e, sobretudo, a alguma tentativa de identificar ou rotular alguns grupos como guerreiros por natureza, vale discordar de afirmações que atribuem aos Balantas essa característica. A adesão massiva Balanta à luta de libertação nacional tem de ser observada, entre vários outros fatores, como uma imposição circunstancial. Ou seja, o teatro da luta decorreu numa região predominantemente

habitada por esse grupo étnico, e, na situação de sofrimento a que inevitavelmente estavam expostos, seus habitantes foram obrigados a aderir à luta como meio de se defender dos violentos ataques. No mais, o desencadeamento da luta nas regiões Sul e Norte, principalmente, não foi apenas pela “valentia dos grupos étnicos” que habitam a região, majoritariamente, Balantas e Mandingas. Amílcar Cabral (CABRAL, 1988), no seu estudo agrário sobre os solos da Guiné conseguiu observar o mais valia dos fatores geográficos e climáticos que essas regiões podem oferecer ao desenvolvimento da luta. No primeiro visionava o apoio dos países vizinhos (Senegal e Guiné-Conacri) na altura já independentes, enquanto no segundo, além da retaguarda com a vizinha Guiné-Conacri, sabia das dificuldades que as densas florestas, chuvas intensas, rios e pântanos podem causar às tropas coloniais que não estão habituadas a essas características naturais. Contudo, não se deve subestimar a contribuição e destaque dos Balantas na defesa da independência da Guiné, mas desconsiderar outros fatores nessa leitura pode ocultar a compreensão da realidade em redor.

Talvez a estrutura criada pelo poder foi responsável por vários outros conflitos, sendo que dois deles marcaram a história do partido na década de 1980: casos 13 de março de 1984 e 17 de outubro de 1985. Entretanto, a configuração de disputa se tornou visível a partir do segundo acontecimento, quando houve uma implícita acusação de que a ala Balanta pretendia assumir o poder. No entendimento de Helder Proença<sup>15</sup> a explicação para a exacerbação de conflitos no partido foi porque:

[...] herdamos as crispações existentes entre facções na luta e que foram reportadas pela fase pós-independência, porque há uma coincidência entre a geração que dirigiu a luta de libertação nacional e a que dirigiu o país no pós-independência. Portanto, houve rivalidades que começaram desde luta de libertação nacional e cristalizaram depois da independência. E, muitas coisas, penso eu, por além de outras justificações têm um cunho de ajustes de contas. É mais isso, do que lutas étnicas. Eu penso que, não era, digamos, uma estratégia elaborada no sentido de perseguição étnica dentro do partido, mas talvez

---

15 Entrevista concedida no dia 17 de agosto de 2008 por Helder Proença. Foi acusado de uma tentativa de golpe de Estado, e na sequência assassinado por militares no dia 5 de junho de 2009.

sim, algum método que se herdou da luta de libertação nacional de certas pessoas. As intrigas políticas que chegaram a pontos extremos que levaram a tomar medidas penosas dentro do partido. Isso tem a ver mais com intrigas políticas palacianas, revalidadas entre atores e lideranças de opiniões dentro do partido do que, efetivamente, uma perseguição étnica clara, isto é a minha visão.

Tanto quanto para o militante Helder Proença, para o oposicionista Domingos Fernandes da RGB/MB a questão étnica não é no fundo a única explicação para entender as contradições e o fracasso do desempenho político partidário do PAIGC. Para eles, o componente étnico apenas começou a ser mais visível no tradicional cenário conflituoso do PAIGC exatamente após o golpe de Estado de 1980. No entanto, consideram o PAIGC, entre a maioria dos grupos políticos existentes hoje na Guiné, como o que menos tem esse componente a condicioná-lo.

A Guiné-Bissau apresenta uma estrutura social heterogênea, composta por aproximadamente cerca de vinte grupos étnicos, e, destes, alguns já em extinção. À semelhança de grande parte de países africanos, essa composição social aliada ao baixo índice de alfabetização e à pobreza extrema têm sido problemas que obstaculizam o funcionamento das instituições. Contudo, oficialmente a existência do componente étnico continua sendo negligenciada pelo poder público e, às vezes, por alguns analistas descuidados com o cenário político-social local como um dos entraves ao processo democrático nacional, no entanto, da construção de uma verdadeira nação. A forte presença da pertença étnica no comportamento dos cidadãos está a inibir nos dias atuais o sentimento da nação e a abrir possibilidades para o acirramento do conflito de caráter étnico. O quadro a seguir mostra a distribuição representativa dos grupos mais numerosos na estrutura social guineense:

**Quadro 1 - Representação percentual das etnias por população**

GRUPOS ÉTNICOS	%
Balantas	26
Fulas	25,4
Mandingas	13,7
Manjaco	9,2
Papéis	9,2
Mancanhas	3,54
Beafadas	3,2
Bijagós	2,1
Felupes	1,43
Nalús e Sossus	1,2
Outros*	5,3

**Fonte:** Censo 1991 in: Nóbrega (2003).

\*Acrescentado pelo autor.

Não obstante, o PAIGC, por ter surgido num momento particular da história nacional em que havia uma mobilização à unidade nacional, internamente é muito difícil evidenciar na sua estrutura política a predominância de um dos grupos ora representado. Em nenhum momento um grupo conseguiu ter o domínio visível a ponto de provocar insatisfação entre outros militantes. A grande maioria das manifestações conflituosas se dá na estrutura das FARP, ex-braço armado do partido. Por que isso acontecia? Na observação de Silva (2003), após o golpe de 1980, os Balantas, que sempre constituíram o grupo majoritário das FARP, eram vistos pelo então poder como uma ameaça. Entretanto, esse sentimento de que os Balantas representam perigo, paulatinamente, estigmatizou-os e impediu que oficiais dessa etnia (que era e ainda é majoritária nas forças armadas) ocupassem cargos estratégicos de mando. Este comportamento tácito posteriormente foi reforçado pela existência excessiva de corrupção na administração pública. Ademais, tráficos de armas e de drogas fizeram instalar-se a lógica da violência e os conflitos passaram a ser resolvidos na ponta das armas como referem os analistas.

Os ventos da mudança iniciados na Europa socialista com a queda do Muro de Berlim, em 1989, atingiram os países africanos adeptos do regime socialista. E a Guiné-Bissau, que até então perfilava o grupo de países de regime unipartidário, se viu obrigada a aderir às transformações em curso. Contudo, para o PAIGC, que havia estado há dezesseis anos no poder, era difícil conceber a mudança e abandonar as práticas repressivas de controle do Estado.

Nessa resistência à mudança, internamente os jovens quadros tentaram instrumentalizar a possibilidade de criar uma democracia interna e, sobretudo, criar condições e/ou espaços de diálogo entre as clivagens que facilitassem a estruturação e a circulação da elite na legenda. Refiro-me à iniciativa do movimento da Carta 121 surgida durante o II Congresso Extraordinário do PAIGC realizado em janeiro de 1991 nas instalações militares de Base Aérea. Essa situação não foi bem vista pela ala conservadora defensora do centralismo democrático do qual fazia parte o presidente Nino Vieira e alguns dos seus colegas veteranos de guerra colonial. Tal situação provocou dissidência de alguns militantes, a grande maioria pertencente à geração mais nova que decidiu fundar ou aderir a outras forças políticas. Não obstante, o país transitou para a democracia com um conjunto de contradições mal resolvidas tanto dentro das estruturas do partido no poder durante regime unipartidário quanto no seu braço armado, FARP, que na era democrática está a protagonizar crises profundas que obstaculizam a institucionalização da democracia.

Como tal aconteceu com a tomada de independência, o processo de abertura política também não conseguiu apagar crispções produzidas durante a ditadura resultante de luta pelo poder dentro da estrutura do PAIGC. Não obstante, a transição do regime foi acompanhada por conflitos não ou mal resolvidos e que a um dado momento do processo começaram a manifestar-se com requintes de violência institucionalizada caracterizada pelo domínio do poder militar sobre o poder constitucional civil. E o cenário da produção e reprodução da violência se sustenta no aperfeiçoar de práticas ilegais individuais ou de grupos que procuram inibir a ação de Estado no processo da consolidação das instituições.

Em linhas gerais, um dos entraves à construção do Estado na Guiné-Bissau é a ausência de uma elite intelectual autônoma e com propostas reais que sirvam de base orientadora ao processo de desenvolvimento, de um poder político comprometido em promover o bem-estar comum e uma elite econômica empreendedora dinamizadora do mercado, tanto em termos de criação de oportunidades do emprego, quanto como fator de pressão na implementação de políticas públicas.

Historicamente o processo de construção do Estado guineense foi marcado por disputas violentas de luta pelo poder, um cenário multifacetado de confrontação – quer do ponto de vista social, quer étnico ou político – que contribuiu para inibir construção de consensos em torno da política governativa. A meu ver, o grande problema é que o país não conseguiu se desvincular ou distanciar-se das lutas fratricidas do passado e toda a possibilidade de fazê-lo progredir social, política e economicamente está condenada e/ou presa ao histórico de sucessão de conflitos ainda presentes na prática política dos atores.

Também, não menos importante, vale considerar o reflexo do passado colonial como uma das explicações possíveis para entender o atual contexto guineense. Ou seja, a gênese do(s) conflito(s) que hoje constitui o entrave à construção do Estado na Guiné-Bissau é o resultado do seu processo de formação colonial.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

AUGEL, J. Democratização e a formação de elite. In: AUGEL, J.; CARDOSO, C. (Orgs.). **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: Instituto de Estudos e Pesquisa-INEP, 1996. p: 139-151.

CABRAL, A. L. **Estudos agrários de Amílcar Cabral**. Lisboa, Bissau: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

CABRAL, L. S. Crônica da libertação. **O Jornal Editora**, Lisboa, 1984.

DAHL, R. A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FORREST, B. J. Autonomia burocrática, política econômica num Estado “suave”: o caso da Guiné-Bissau pós-colonial. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP, **Revista Soronda**, p. 57-95, 1993.

HANDEM, D. L. A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissau: a luta de libertação e formação da nação guineense. In: A CONSTRUÇÃO da nação em África: os exemplos de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP, 1989. p. 269-280.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

MOSCA, G. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

NÓBREGA, Á. **A luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: ISCSP, 2003.

PANEBIANCO, Â. **Modelos de partidos**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RELATÓRIO do III Congresso do Comitê Central do PAIGC. Bissau: [s.n.], 1977.

SAMBU, Q. **Ordem para matar**: dos fuzilamentos ao caso das bombas da Embaixada da Guiné. Lisboa: Edições Referendo, 1989.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. E. D. da. **A Independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: Afrontamento, 1997.

SILVA, F. D. da. **Guiné-Bissau**: páginas de história política, rumos da democracia. Bissau: Firquidja, 2003.

UPANG. **Manifesto, programa e estatuto**. Bissau: Publicações Nova História, 1976.

# O conflito de Casamansa: uma questão de segurança regional na Senegâmbia

MAMADOU ALPHA DIALLO  
LITO NUNES FERNANDES

## Resumo

A Confederação da Senegâmbia, que agrupou entre 1982-1989 o atual Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné- Conacri, Mali e parte da Mauritània, assistiu a atuação de um grupo separatista no território de Casamansa que gerou grande insegurança regional. Esse artigo analisa como o fim da Confederação contribuiu para fortalecer o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC).

**Palavras-chave:** Senegal; Senegâmbia; Segurança Regional; MFDC.



## The conflict of Casamance: a regional security issue in Senegambia

### Abstrat

The Senegambian Confederation comprised of Senegal, Gambia, Guinea-Bissau, Guinea-Conakry, Mali and part of Mauritania between 1982 and 1989 witnessed the actions of a Casamance separatist group that spawned large-scale regional insecurity. This article analyses how the Confederation's dissolution contributed to reinforcing the Movement of Democratic Forces of Casamance (MDFC).

**Keywords:** Senegal; Senegambia; Regional Security; MDFC.

---

### MAMADOU ALPHA DIALLO

Doutorando no Programa de Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) na UFRGS e mestre em Ciências Políticas pela mesma universidade.

---

### LITO NUNES FERNANDES

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## 1 INTRODUÇÃO

O Senegal, que fazia parte da Senegâmbia, é na atualidade referência no continente africano na questão da democracia. Isso se deve, sobretudo, à preservação democrática do sistema multipartidário desde a independência e à criação efetiva de um Estado considerado forte, mediante a consolidação de instituições que legitimam o monopólio do uso da força em todo seu território. Porém, um grupo separatista que age, desde 1981, na região de Casamansa, situada ao sul da Gâmbia e norte da Guiné-Bissau, usa as fronteiras destes dois países como base para suas ações. Partindo do raciocínio lógico, é importante quanto à constituição ou reconstituição do Estado africano buscar um consenso sobre os limites geográficos dos países que não sejam necessariamente os legados pelas potências coloniais (FAYE, 2006).

O sonho não realizado da Unidade Africana choca-se com o peso de um “espaço explodido” se referindo aos espaços ou Estados formados pelos impérios africanos antes da colonização tais como Gana, Mali ou Songai, que durante seus reinos asseguraram certa integração e segurança regional, constituída em torno do Rio Níger. O comércio negreiro pôs fim aos impérios africanos deixando lugar para os Estados coloniais que firmam parcerias com chefes locais, os quais privilegiavam a caça ao homem em detrimento da conquista territorial, contrariando, assim, o principal objetivo dos grandes impérios ocidentais que, a partir da conferência de Berlim (1884-1885), consolidam processo de conquista e ocupação do espaço africano. Se esta conquista e a ocupação territorial pelas potências ocidentais lhes permitem estabelecer espaços viáveis tanto do ponto de vista político (administração centralizada) quanto econômico, em virtude da possibilidade de complementaridades durante todo período colonial, os anos da independência africana viram este espaço fragmentado em inúmeros Estados, inviáveis política, econômica e socialmente (BARRY, 2000).

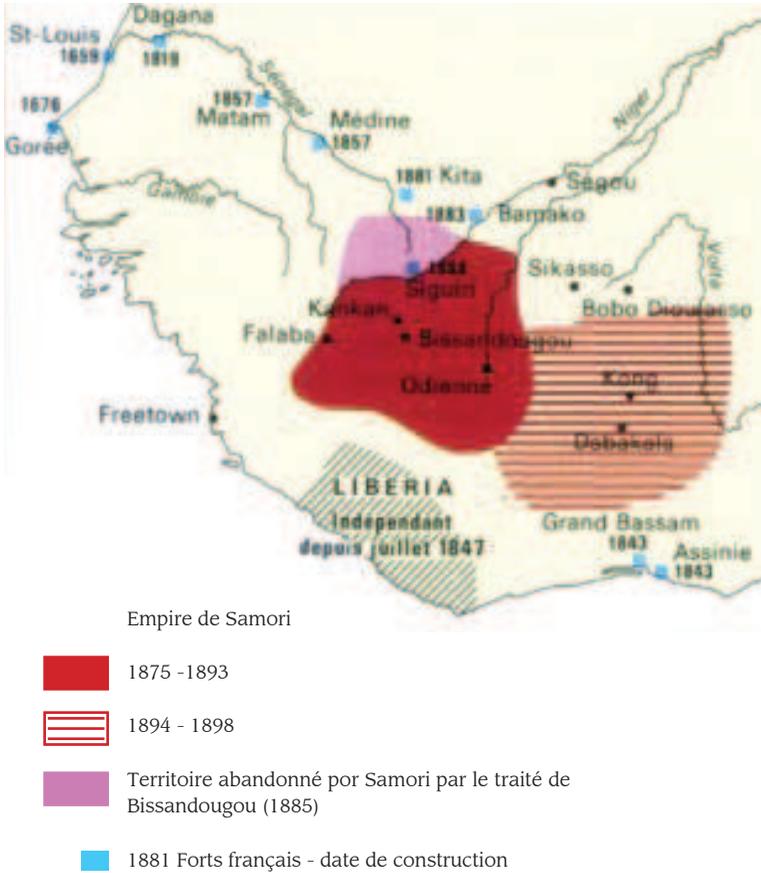
A Senegâmbia histórica é delimitada ao norte pelo Rio Senegal e ao leste engloba as bacias hidrográficas dos Rios Gâmbia, Casamansa, Geba e Corubali. Após a independência, houve o estabelecimento da Federação de Mali, que juntava o Senegal e o Mali; no entanto, algumas divergências levaram à sua dissolução em

agosto de 1960. Em 1982, criou-se a Confederação da Senegâmbia que unia Senegal e Gâmbia, mas esta Confederação também foi dissolvida em 1989, devido a problemas e discordâncias entre ambos os países. Apesar destas tentativas sem êxito, a unidade política continua sendo um símbolo inscrito nas constituições dos Estados africanos, definidos por fronteiras deixadas pela colonização, pois, na realidade, a territorialidade só se tornou uma dimensão política mediante a estruturação dos espaços pelas potências coloniais (LOPES, 1994).

No intuito de tentar desvelar esses sucessivos fracassos, o objetivo do artigo é explicar melhor por que a Confederação da Senegâmbia não deu certo, assim como analisar brevemente a resistência ao longo da história do movimento separatista casamancês e suas implicações na segurança regional. O trabalho está dividido em cinco partes, incluída a presente introdução, primeira parte. Na segunda parte se oferece uma visão panorâmica da Senegâmbia. A terceira parte trata da segurança regional e do conflito casamancês. A quarta traz o impacto desse conflito na região e a quinta são as considerações finais.

## **2 VISÃO PANORÂMICA DA SENEGÂMBIA**

A Senegâmbia é a região Oeste da África Ocidental caracterizada por uma grande fragmentação do espaço, dividido hoje em seis Estados: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Guiné-Conacri e parte da Mauritânia (BARRY, 2000), conforme mostra a figura 1. Na sua tese endógena em busca da percepção dos fenômenos sociopolíticos da Guiné-Bissau e da região na qual este país se insere, Lopes (1994) afirma que, do século XII até meados do século XIX, o território entre os Rios Gâmbia e Nunez foi dominado por estruturas políticas mandingas. Essas estruturas foram primeiramente criadas e depois herdadas dos Estados do Alto Níger, nomeadamente do Império de Mali, isto é, exatamente o espaço definido como a Senegâmbia.



**Figura 1 - A fragmentação da Senegâmbia**

Fonte: www.tidiane.net. Acesso em: 6 set. 2012.

Em 1984, uma reforma administrativa dividiu Casamansa em duas regiões, Kolda e Ziguinchor. Situada na Alta Casamansa, Kolda cobre 21.011 km<sup>2</sup> e conta com uma população estimada em 577.385 habitantes, sendo a maioria da etnia Fula, e divide-se em três setores: Kolda, Sediou e Velingara. Ziguinchor, por seu turno, situada na Baixa Casamansa com uma superfície de 7.339 km<sup>2</sup> e uma população de 390.252 mil habitantes, apresenta igualmente três setores, Bignona, Ziguinchor e Oussouye, e sua população majoritária é da etnia Jola (FAYE, 2006).

Portanto, a Senegâmbia histórica (DIAS, 2003) é a região Oeste africana edificada, desde bem antes da ocupação colonial, por múltiplas convergências históricas e por sucessivos contatos experimentais de liberdades políticas, religiosas, sociais e culturais, que se estende em duas versões. A minimalista, segundo a qual a região da Senegâmbia é contida entre o Rio Senegal e o Rio Pongo, situado na atual República de Guiné, e a maximalista, para a qual o espaço da Senegâmbia é a região Oeste africana que vai do Rio Senegal até o atual Estado de Serra Leoa junto aos contrafortes de Fouta Djallon. Vale ressaltar a convergência de opiniões de certos autores (BARRY, 2000; DIAS, 2003) quanto aos limites geográficos e a homogeneidade política, que apesar da variedade em termos populacionais ou religiosos, ajuda no entendimento das diferenças dimensionais e geográficas da Confederação da Senegâmbia.

Enquanto os esforços de aproximação entre os Estados da Gâmbia, Senegal e Guiné-Bissau esbarram regularmente nos entraves administrativos e nas crises resultantes, o espaço da Senegâmbia continuou a aprofundar os laços que fizeram sua história social e econômica. Tais fatos são caracterizados por uma dinâmica de unificação e de fragmentação marcada pela coexistência de mecanismos de integração retrógrados e de construções nacionais distintas, na maioria das vezes centralizadores e concorrentes (DAHOU; GUEYE; HAZARD, 2007). Ainda como estes autores alegam, na Senegâmbia, como em outros lugares da África, o que permite aproximar os homens dos territórios não são somente as características da ligação das suas identidades, mas também suas diferenças.

### **3 SEGURANÇA REGIONAL E O CONFLITO CASAMANCÊS**

Historicamente, se afirma que as crises e os conflitos não têm nada de novo ou de surpreendente na África pós-colonial, na medida em que, até a década de 1990, os focos de tensões mais importantes estavam localizados precisamente no âmbito dos governos coloniais e direcionados contra a colonização. Conforme estudo realizado por Beck e equipe da *United States Agency for International Development* (BECK et al., 2001), a luta armada pela

libertação, onde não se obteve a independência de forma pacífica, se fez, na maioria das vezes, com a intervenção externa sob a bandeira da Guerra Fria. No entanto, o fim da ocupação colonial e o fim do *apartheid*, que coincidiram com a queda do Muro de Berlim, se caracterizaram na África por uma onda de democratização, dando esperança de renascimento do continente negro.

Se estes fatos trouxeram vantagens em várias partes da África, também atrelaram efeitos desfavoráveis do fim da Guerra Fria e da onda da democratização, caracterizados pela multiplicação de conflitos civis no continente. Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria e a globalização da economia, nasce uma série de conflitos novos que simbolizam a fragilidade dos Estados africanos. Conforme Porteous (2003), estes conflitos têm como características a dimensão regional; a multiplicidade de protagonistas, beligerantes ou não; a diversidade das motivações econômicas ou políticas que os sustentam; e a brutalidade das estratégias utilizadas. Referente à dimensão regional, destacam-se duas principais zonas de conflitos: a primeira e mais importante, de acordo com Beck et al. (2001), se estende do chifre da África até Angola, incluindo os dois Congos; a segunda zona vai do Senegal à Libéria, cobrindo uma meia dúzia de países – Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, República da Guiné, Serra Leoa e Libéria. Estes conflitos se caracterizam pela intensidade da violência e o alastramento além das fronteiras nacionais e, principalmente, pelas calamidades até então inimagináveis (colapso total das instituições do Estado) que se tornaram realidades.

A origem de alguns destes conflitos africanos pode ser localizada em períodos bem anteriores à década de 1990, motivo pelo qual resulta difícil entendê-los sem se referir ao colonialismo e à Guerra Fria. O colonialismo que tinha como motivação os interesses comerciais e geopolíticos foi imposto pela força, porque apesar do humanismo e da missão civilizadora que serviu de justificativa moral e política, toda resistência ou rebelião da parte das populações locais era sempre punida com violência (PORTEOUS, 2001). Seguidamente, pode-se atribuir parte destes conflitos à herança colonial, porquanto eles são peça integrante do jogo político. Porém, os conflitos devem ser entendidos como dinâmicos, adquirindo

características que os diferenciam uns dos outros (VALENÇA, 2004, p. 27). Segundo este autor, cada guerra é única, pois suas origens e motivações são pertinentes a um contexto espaço-temporal determinado, implicando particularidades políticas e culturais.

A origem do conflito Casamancês pode ser confundida com a história da resistência de Casamansa que se iniciou com a chegada dos portugueses à região e se prolongou de forma pacífica ao longo da presença imperial e durante os vinte primeiros anos de independência do Senegal. Como afirma Diallo (2009), a resistência casamancês é tão antiga quanto a ocupação colonial desta região. Na verdade, a atual situação de reivindicação independentista tem muito a ver com a atuação tanto da França, na véspera da independência do Senegal, quanto do governo senegalês no plano político, cultural e socioeconômico, nas duas décadas após a independência.

No Senegal, durante os primeiros anos após a independência, o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) não era bem conhecido pela população. Entretanto, com a chegada ao poder de Abdou Diouf, em 1981, começou a se verificar alguns sentimentos de inconformismo por parte de população casamancês e o MFDC começou a fazer parte do dia a dia não só no Senegal, mas também de toda a região da Senegâmbia. Como explicar esta mudança e resistência e por que ela não se manifestou nos primeiros anos de independência, pelo menos não pela violência?

Autores como Faye (2006) e Diallo (2009) apontam a cultura de resistência que levou a colonização francesa a adotar um estatuto particular para a região, além do Acordo Luso-Francês,<sup>1</sup> como elementos importantes que deram origem à reivindicação independentista, embora as queixas da população local contra os abusos

---

1 Na sequência da Conferência de Berlim, surge a necessidade de elaborar o traçado das fronteiras da Guiné-Portuguesa. Neste sentido, em 1886, Portugal assinou uma convenção com a França, denominada Acordo Luso-Francês, delimitando as respectivas possessões na África, sem respeitar as entidades étnicas ou políticas existentes na região. Na verdade, o problema se iniciou em 1828 quando Portugal considerou como atitude intencional da França se apoderar do comércio na zona, quando um comerciante francês se fixa na Ilha de Mosquitos na embocadura do Rio Casamansa. Em 1836, com base nas informações inglesas, Portugal se deu conta de que as intenções francesas eram abrir feitorias no Casamansa, além do Ziguinchor. Esse fato provocou o início de um longo diálogo que culminou com a assinatura do citado Acordo Luso-Francês.

tenham se iniciado na administração colonial. Também o fato da base do governo central ser o norte do país é outra das razões apontadas como originárias do desconforto, pois a elite administradora constantemente vem desprezando a realidade casamancês, tornando inevitável o choque cultural.

Recorda-se que enquanto o norte do Senegal era quase totalmente islamizado, o sul, principalmente a parte conhecida como a Baixa Casamansa, continuava animista, tendo como organização política um poder descentralizado baseado na crença e nos costumes. É neste sentido que Sonko (2004) num documento intitulado *O conflito em Casamansa: uma guerra civil esquecida*, publicado pelo Conselho para o Desenvolvimento e Pesquisa em Ciências Sociais na África (Codesria) aponta como causas dos conflitos a contestação ao direito a terra, a discriminação cultural e a falta de oportunidades de emprego para a população casamancês, assim como o uso excessivo de coerção para os habitantes da região em análise.

Durante a colonização houve vários casos de uso abusivo de força e violência por parte da autoridade para manter a ordem e a submissão da população às imposições coloniais. O exemplo mais chamativo e simbólico da violência e da humilhação conhecido tanto pela população quanto pelos intelectuais que trabalham sobre o assunto foi o tratamento dado a Boulombone Badiate,<sup>2</sup> em 1933, na praça pública da sua aldeia, quando os senegaleses que faziam parte da armada francesa queimaram a barba desse célebre lutador pelo simples fato de que a cota de arroz e gado – imposto que era aplicado na aldeia – não foi atingida (DIALLO, 2009).

Por motivos semelhantes, em 1942, Aline Sitoé, uma jovem de 25 anos, se transforma em figura emblemática da região por incentivar a desobediência à ordem colonial de praticar a monocultura de arroz para a alimentação das forças francesas e a população urbana nas quatro comunas, através de um discurso público.<sup>3</sup> Graças a seu discurso baseado na crença religiosa, na

---

2 Então chefe da aldeia, e tio de Augustin Diamacoune Senghor, precursor da luta armada.

3 Fiel ao discurso da rainha, entre 1942 e 1962, a população começou a se refugiar nas florestas. Depois, a jovem rainha, Aline Sitoé, foi presa pelas forças coloniais dirigidas pelo governador da Casamansa e enviada para um exílio sem volta, em 1942 (DIALLO, 2009).

cultura local, nos fatos socioeconômicos e políticos, ela conseguiu convencer a população a não pagar imposto e nem aderir à prática da monocultura de arroz e de amendoim, como também a se levantar contra a administração colonial.

O governo colonial empreendeu na altura uma perseguição aos diferentes líderes da região que, em opção pela luta pacífica, procuraram evitar o confronto escondendo-se nas florestas ou simplesmente atravessaram as fronteiras para se refugiar na Gâmbia ou na Guiné-Bissau.<sup>4</sup> Porém, estas perseguições não diminuíram em nada a resistência e luta do povo casamancês contra a invasão estrangeira, ou seja, a perseguição só aumentou o número de adeptos ou defensores da causa do povo de Casamansa.

Igualmente, a rainha Aloendisso Bassène também foi presa pelas autoridades governamentais depois de um discurso no qual apregoou que, apesar da deportação de Aline Sitoé, a luta continuava e que Casamansa será dos casamanceses e que o lugar dos estrangeiros era fora de Casamansa a começar pelos brancos e depois pelos próprios senegaleses (do norte), também vistos como estrangeiros (DIALLO, 2009). Por causa destas palavras, ela foi colocada em prisão domiciliar, devido à sua avançada idade, até a sua morte em 1955.

Entretanto, mesmo com essas perseguições, prisões e assassinatos, a administração colonial não percebeu o grande peso e valor da mensagem da rainha que chamava a atenção sobre o comportamento humilhante e transgressor dos valores locais. Estes fatos narrados até aqui deixaram na mente da população casamancês uma ferida moral e psicológica que nunca cicatrizou, ou seja, parafraseando Kourouma (1970): nada em si é bom ou ruim, porque é a palavra que transforma um fato em bom ou ruim. Assim, a frase da rainha fortaleceu muito a resistência do povo de Casamansa.

Quanto ao MFDC propriamente dito, na origem, era um partido político fundado em 1947 por Emile Badiane e Victor Diatta, ambos da etnia Jola da Baixa Casamansa, e por Ibou Diallo e Eduard

---

4 Lembra-se o caso da rainha Niakohufosso de Youtou que se refugiou na Guiné-Portuguesa, em 1943, para não ser presa, e seus filhos participaram na luta pela independência daquele país.

Diallo, da etnia Fula da Alta Casamansa. O interessante a ser observado é que tanto a etnia dos membros fundadores quanto suas origens permitem afirmar que, no início, o MFDC não pertencia nem a uma etnia nem a uma localidade, mas sim a toda sociedade de uma região com diversidade populacional e cultural e continua sendo, apesar de alguns escritos que tentam explicar e direcionar o conflito com base em conotações étnicas.

A rebelião armada conduzida pelo MFDC que atormenta a região Sul do Senegal provocou a quebra da representação relativa à não violência e à falta de problemas tribais ou étnicos na população senegalesa (FAYE, 2008). A princípio, este conflito foi apresentado como uma coisa efêmera, no entanto, a persistência, dos enfrentamentos, as operações periódicas de midiaticização no plano internacional, através de declaração dos representantes do Estado senegalês ou do MFDC, e os incessantes apelos ao diálogo levaram Ouseynou Faye (FAYE, 2008), um dos grandes estudiosos do assunto, a questionar a formação e consolidação do Estado Senegalês, partindo da falta de consenso quanto à realidade da construção senegalesa. O mesmo autor chegou a indagar se o conflito casamancês corresponde à rejeição de um órgão receptor, neste caso, o resto do Senegal? Com base nestas perguntas, Faye (2008) identificou o significado da crise casamancês à luz da prática das classes dirigentes senegalesas e em relação à história da sociedade da Senegâmbia.

Leopold Sedar Senghor foi o primeiro ator desta classe dirigente que, na falta de um consenso quanto à realidade da construção nacional, deu início no seu governo a um modelo de construção da sociedade que busca transformar em destino coletivo “um espaço mental” e uma unidade territorial herdada da colonização. Assim, o governo do Senghor fez do Estado o princípio gerador da nação senegalesa, a partir da concepção de um projeto de afirmação de uma identidade nacional que vai além das identidades regionais, étnicas e religiosas (FAYE, 2008). Os pontos principais deste projeto foram, entre outros, a perseguição de uma política de extroversão da economia local, alimentando a ilusão de que, além de proteger o capitalismo francês, permitiria produzir bens capazes de satisfazer as necessidades locais. Isso significava, entre outras

coisas, que o centro produtor de amendoim e a metrópole de Dakar continuavam sendo polos de desenvolvimento, enquanto as regiões periféricas continuavam reservatórios de recursos humanos e materiais como na época da colonização.

O controle ideológico das elites intelectuais se faz graças à teoria da negritude e ao paradigma de civilização universal defendido por Senghor, que na busca de referências históricas adota como herói nacional Lat Dior<sup>5</sup> e transforma a história de Kayor em história do Senegal. Na construção da nação senegalesa observa-se uma supervalorização do norte em detrimento do resto do país no plano econômico e sociocultural. Esta dinâmica acentuou a sobrevalorização do patrimônio cultural da etnia Wolof que, de fato, somente reproduziu e reforçou os preconceitos cultivados pelo poder colonial entre as tribos, dando assim condições para o surgimento de diferenças étnicas e culturais.<sup>6</sup>

Ou seja, o Senegal caracterizava-se por um poder presidencialista, uma centralização política e administrativa puramente clientelista, marcada pela cooptação de personalidades, políticas e religiosos capazes de reforçar o poder presidencial (DIOP, 1992). Este arranjo político permitia o uso, principalmente, das autoridades religiosas para um controle de proximidade da população,<sup>7</sup> das autoridades administrativas para o comando territorial e um forte partido-Estado representado por diversas organizações sociais que veiculavam um discurso de integração e de legitimidade do poder central.

---

5 Lat Dior Ngoné Diop (1842-1889) foi um grande herói da resistência de Senegal perante a colonização francesa. Converteu-se ao islamismo no intuito de resistir ao colonialismo francês.

6 Esta estratégia política herdada certamente da administração colonial que Senghor conhece bem devido tanto à sua formação acadêmica quanto à sua atuação política durante o período colonial se manifesta implicitamente no primeiro governo do Senegal independente. Iniciada pela diferenciação étnico-cultural, ela se enraíza e se reforça pela identificação das coletividades locais a maiorias étnicas e religiosas, cujos representantes serão cooptados e nomeados como atores e representantes políticos do Estado na perspectiva de usá-los como mediadores na aplicação das decisões de suposto interesse geral da nação senegalesa.

7 Esta análise permite um melhor entendimento da incorporação das elites étnicas, religiosas e representantes regionais entre os quais os fundadores do MFDC, conforme mencionado anteriormente.

Nesta direção, a insatisfação do povo casamancês foi aumentando, dia após dia, e um dos fatos mais marcantes desta rebeldia foi protagonizada em 26 de dezembro de 1982, quando uma manifestação pacífica dirigida por mulheres tenta erguer sem sucesso uma bandeira branca no palácio do governador de Ziguinchor. Passado um ano, o dia 18 de dezembro de 1983, após a condenação de dezoito membros do MFDC e a repressão de uma manifestação que deixou 25 mortos, ficou marcado como o início do conflito casamancês.

#### **4 IMPACTO DO CONFLITO CASAMANCÊS NA REGIÃO**

A relação entre o Senegal e seus vizinhos da Gâmbia e da Guiné-Bissau é complexa, sobretudo em virtude do fator histórico que dividiu um povo em três países, ou melhor, uma família em três identidades diferentes. Por isso, da mesma forma que a luta pela independência da Guiné-Bissau foi sentida em ambos os lados da fronteira guineense, as consequências do conflito da Casamansa têm visível impacto socioeconômico e político nos vizinhos e na região da Senegâmbia e *spill into*. A propagação transfronteiriça dos conflitos intraestatais, através de fenômenos *Spill over* e *Spill into*, ou seja, o transbordamento dos problemas de um país para os países vizinhos de um lado e do outro, o alastramento ou intensificação do conflito no plano interno, é maximizada por um conjunto de redes que tendem a se estabelecer entre Estados (BRITO, 2009).

Estas redes podem ser militares como foi o caso do Senegal – Guiné-Bissau onde são envolvidos os altos escalões das corporações militares fazendo com que Casamansa sirva de pretexto para promoção política e socioeconômica, desenvolvendo altas estruturas de produção e de comercialização de drogas, que se tornou a prática mais corrente e lucrativa da região (DIALLO, 2009). Tais fatores no médio e longo prazo se tornam desestabilizadores e, conseqüentemente, uma ameaça para os regimes de Banjul e de Bissau, enquanto o regime de Dakar corre o risco de ver uma parte do seu território ameaçada. Neste contexto, a ameaça dos regimes supera a desconfiança entre os Estados e os obriga a assinarem acordos de cooperação e de autoajuda militar em caso de necessidade. Segundo Diouf (1960-2000) e Wade (2000), a suposta

capacidade militar do Senegal, suas conexões internacionais, sobretudo com a França, justificam certamente o título de imperialista que os vizinhos lhe atribuem. As seguintes palavras de Fourcher (2003, p. 5) resumem claramente a relação do Senegal e seus vizinhos: "Les relations entre le Sénégal et ses voisins gambiens et bissau-guinéens sont complexes, marquée par une méfiance structurale difficilement tempérée para la nécessité d'une collaboration."

O acordo de não agressão e de defesa mútua entre os países, que serviu de base para justificar a intervenção das forças armadas do Senegal tanto na Gâmbia, em 1981, evitando a tomada do poder pelos golpistas dirigidos por Kukoï Samba Sagnang, que será seguido da criação da Confederação da Senegâmbia, quanto na Guiné-Bissau, em 1998, se inscrevem nesta linha. Se a intervenção na Gâmbia foi considerada positiva e vitoriosa, já na Guiné-Bissau a vitória militar foi atribuída à Junta Militar guineense. Ou seja, o governo de Nino Vieira, então presidente da Guiné-Bissau com seus aliados do Senegal e da República da Guiné-Conacri, foi considerado derrotado. Porém, no plano político, o governo senegalês tinha uma segunda intenção no conflito de 1998 na Guiné-Bissau. Assim, é evidente e visível que o governo de Dakar alcançou os resultados desejados, que na verdade não eram outros senão desmantelar as bases do MFDC do outro lado da fronteira e enfraquecer a aliança de MFDC com a Junta Militar guineense sob o comando do então general Ansoumane Mané, apoiado pelos combatentes do MFDC.

Do lado da Guiné-Bissau, o conflito de 1998 representou um dos impactos mais marcantes da crise casamancês, ele foi uma das causas do desentendimento entre o governo de Bissau e seu chefe do Estado Maior Ansoumana Mané, sem minimizar o deslocamento das populações fronteiriças e a inviabilidade econômica da parte norte do país devido às repetidas insurreições de bandos armados, supostamente pertencentes ao MFDC. A crise de Casamansa criou uma divisão política entre a elite dirigente da Guiné-Bissau: uma parte, usando como base a hostilidade ou falta de apoio de Dakar ao PAIGC na época da luta de libertação, advogava a independência da Casamansa e o apoio ao MFDC, do qual alguns membros lutaram ao lado dos guineenses contra o colonialismo português; outra, liderada pelo então presidente

(Nino Viera), preferia ficar ao lado de Dakar apesar dos atritos a respeito da fronteira marítima que causou a “guerra do petróleo”,<sup>8</sup> em 1990.

Portanto, o conflito de Casamansa afeta não somente o Senegal, mas também tanto a relação entre Senegal e seus vizinhos quanto a estabilidade dos países da região, logo, pode se concluir que a crise casamancês é, ao mesmo tempo, uma questão nacional e regional, pois envolve quatro dos cinco países<sup>9</sup> com os quais o Senegal divide fronteiras terrestres. Daí, então, a importância de se examinar como os países vizinhos têm participado no conflito casamancês, ou seja, de que maneira são envolvidos?

A Gâmbia e a Guiné-Bissau, países vizinhos do Senegal, estão fortemente envolvidas no conflito casamancês, devido aos fatores socioculturais e geográficos existentes nesta parte da África Ocidental. Resulta evidente que sem uma participação de outros atores o conflito casamancês não seria certamente um dos mais longos<sup>10</sup> e emblemáticos<sup>11</sup> da África contemporânea (MARUT, 2010). Se, por um lado, ainda há dúvidas e incertezas quanto ao envolvimento ou não de alguns países como a Mauritânia, Líbia, etc., o mesmo não se pode dizer da Gâmbia e Guiné-Bissau, ambos vistos tanto pelo governo senegalês quanto pelos líderes do MFDC como fundamentais para encontrar uma solução ao conflito.

---

8 Um conflito que colocou frente a frente os dois países, provocando mesmo um confronto armado que durou três dias. O motivo foi a existência de uma suposta hipótese de que nas águas profundas havia petróleo *off shore*. Entretanto, nessa disputa que foi parar no Tribunal Internacional da Haya, sendo o Senegal declarado vencedor do mesmo atrito, o governo da Guiné-Bissau, que contestou veementemente esta decisão, imediatamente começou atacando um barco de pesca senegalesa. Desta forma, deu início a tal confronto.

9 Guiné-Bissau e Gâmbia são países diretamente envolvidos, pois sofrem tanto os efeitos de combates quanto os efeitos colaterais do conflito (deslocamentos, paralisação da economia, além do envolvimento de personalidades do alto escalão dos governos). A Mauritânia, na década de 1990, foi um dos principais suspeitos, por parte de Dakar, de apoiar o MFDC. Isto afetou profundamente as relações entre os dois países culminando no conflito de 1989. É bom lembrar que as fronteiras do Senegal com a Gâmbia, Guiné-Bissau e a República de Guiné são os limites da região natural de Casamansa.

10 Vinte e nove anos (1982-2011) se passaram e o problema ainda continua sem solução definitiva.

11 Como a maioria dos conflitos, o de Casamansa é interno no intento, reivindicando a separação (cessação) e a independência, além do caso de Katanga (ex-Congo Belga) e Biafra (Nigéria) que foram neutralizados pelo poder central.

Segundo Faye (2008), Gâmbia e Guiné-Bissau têm grandes interesses políticos e econômicos, mas também correm imensos riscos de serem desestabilizados pela crise de Casamansa. Portanto, não por acaso estes países são considerados pelo Senegal como as primeiras fontes de contrabando de armas e de munição, além de hospedarem os militares do MFDC. A intervenção do Senegal no conflito militar da Guiné-Bissau, em 1998, que aliás foi causada pelo suposto sumiço de armas a serem entregues ao MFDC, ilustra o papel ou a importância da Guiné-Bissau no problema da Casamansa e confirma a suspeita do Senegal do envolvimento das autoridades políticas e militares do país vizinho na crise.

*Les politiciens et dirigeants militaires bissau-guinéens, tous gâmbiens confondus, sont apparemment impliqués dans le trafic d'armes effectués par les soviétiques pendant la lutte prolongée menée par Bissau contre Portugal pour son indépendance (BECK et al., 2001, p. 14).*

Ainda como o mesmo documento afirma, a Junta Militar da Guiné-Bissau liderada pelo então brigadeiro Ansoumane Mané durante o conflito de 1998 deve em parte sua vitória ao apoio dos membros do MFDC, que teve em troca a liberdade de circular dentro do país até o assassinato do general Mané em novembro de 2000. Logo após esta reviravolta política, o MFDC foi expulso por meio de novos bombardeios das suas bases ao longo da fronteira Bissau-Senegal, marcando assim uma aliança política Dakar-Bissau.

No caso da Gâmbia, sua situação geográfica não deixa dúvidas quanto à sua importância na manutenção da integridade territorial do Senegal porquanto seu território é considerado uma fronteira natural entre Casamansa e o resto do Senegal. Assim, depois do fracasso da Federação de Mali (1959-1960) que uniu Senegal e o Sudão Francês, o sonho das autoridades senegalesas era realizar uma integração com a Gâmbia, pois, conforme observa Seck (2005), tratava-se de uma questão de segurança nacional, por isso, antes das independências dos dois países, o Senegal tinha formulado um pedido de unificação.

Seguindo nessa linha e ao se voltar um pouco na história, pode-se comprovar que a diplomacia senegalesa começou a investir

nesse processo muito antes da independência da Gâmbia. Esse fato pode ser corroborado pela visita feita pelo então primeiro-ministro senegalês Mamadou Dia, em 1961, a qual resultou na assinatura, no ano seguinte, de um Tratado de Associação com a criação de um Comitê Ministerial composto por membros dos dois Estados como se fosse uma assembleia conjunta. Nessa ocasião, Dia se dirigiu aos gambianos como compatriotas, demonstrando desta maneira que são da mesma nação apesar de serem dominados por potências diferentes, afirmando que a Senegâmbia é uma realidade geográfica (SECK, 2005).

Em 1965, um ano depois da independência de Gâmbia, o então presidente do Senegal efetua uma visita oficial em Banjul, e, no seu discurso, lembra, entre outras coisas, o fato de senegaleses e gambianos serem do mesmo sangue, das mesmas etnias, falarem as mesmas línguas, ou seja, são da mesma cultura, portanto, irmãos, apesar das diferenças adquiridas dos colonizadores.<sup>12</sup> Este conjunto de fatos será completado décadas depois com a criação da Confederação da Senegâmbia (1982-1989) que deu ao Senegal a oportunidade de se ocupar da segurança regional, prestando atenção particular aos rebeldes da Casamansa. Aqui vale ressaltar o seguinte: existe um consenso na maior parte da literatura que analisa a questão segundo o qual, durante o período da Confederação da Senegâmbia, a situação era menos grave.

A intensificação dos ataques contra as tropas senegalesas por parte do MFDC se deu ao acabar a Confederação, que resultou na saída das forças de segurança senegalesas do país vizinho, que passou a ser usado pelos membros do MFDC. Com a intensificação dos ataques às posições militares do Senegal na região, foram registradas 712 pessoas supostamente membros do MFDC e presas pelas forças de segurança senegalesas (JIC, 2009). Devido à gravidade da situação em Casamansa na década 1990, o governo senegalês decidiu negociar o primeiro acordo de cessar fogo assinado em 1991, assim como o estabelecimento de uma comissão encarregada de trabalhar para criar condições favoráveis de negociação para a paz (DIALLO, 2009).

---

12 Até porque, após a guerra dos sete anos, em 1763, o Senegal e a Gâmbia já tinham formado uma confederação.

Antes vistas como fonte de abastecimento e bases de esconderijo para os elementos do MFDC, a Guiné-Bissau e a Gâmbia agora são procuradas para mediar as negociações entre o governo senegalês e o MFDC. Este fato simboliza que as duas partes confiam ou pelo menos reconhecem a importância dos vizinhos e, a partir de então, a situação se alterna entre negociação e briga por parte dos beligerantes, e os vizinhos ora são vistos como imparciais, ora acusados de apoiar uma das partes. Para o governo de Senegal, ter apoio ou a colaboração da Gâmbia e da Guiné-Bissau significa uma vitória estratégica pois obriga os rebeldes a ficar dentro do território senegalês, sem a possibilidade de adquirir armas mais equipadas para reforçar seu exército. Mas se os dois países decidirem ficar ao lado dos rebeldes ou se negarem a cooperar com o Senegal, complica e muito o controle dos grupos armados que transladam entre uma fronteira e outra.

Aqui se observa que a porosidade das fronteiras entre os três países é bastante benéfica para os combatentes do MFDC, principalmente entre Senegal e Guiné-Bissau onde a densa floresta facilita a fuga dos rebeldes enquanto dificulta o acesso das forças armadas do Senegal. Isso explica as repetidas violações do espaço territorial e aéreo da Guiné-Bissau em busca de rebeldes que supostamente atravessam a fronteira para escapar dos bombardeios senegaleses, assim como o engajamento de negociações de cooperação entre os governos dos três países. Igualmente, as negociações e acordos de paz entre governo senegalês e membros do MFDC somente foram possíveis graças à mediação da Gâmbia e da Guiné-Bissau.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar da sua baixa intensidade, o conflito de Casamansa, em comparação com outros conflitos africanos, constitui uma preocupação séria tanto para as populações que vivem na região como para os governos dos países envolvidos. As populações da Guiné-Bissau, da Gâmbia e do Senegal estão unidas por laços históricos multiformes e o conflito em Casamansa confirma que o destino destes três povos está intimamente ligado. Esse fato explica o

envolvimento dos cidadãos casamanceses na luta de libertação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), simbolizando a fraternidade de armas entre combatentes guineenses e populações senegalesas num contexto de luta anticolonial no qual a Casamansa foi a grande vítima. Por isso, é importante, a partir de uma análise lúcida das causas profundas do conflito, da sua evolução e das iniciativas empreendidas até agora, avançar com determinação, realismo e espírito de acompanhamento para uma solução negociada de saída da crise, com vistas a uma paz efetiva e duradoura, somente possível com a inclusão das várias forças sociopolíticas e religiosas do Senegal e da região.

## REFERÊNCIAS

- ACHEBE, C. **Le Monde S'effondre**. [S.l.]: Presence Africaine, 1972.
- BADIE, B. **La diplomatie des droits de l'homme**. Paris: Fayard, 2002.
- BARRY, B. **La Sénégambie du XVème au XIXème siècle**. Paris: l'Harmattan, 1988.
- \_\_\_\_\_. **L'État importe**: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique. Paris: Fayard, 1992.
- BADIE, B.; DIDOT, B. (Orgs.). **L'Etat du monde 2007**: annuaire économique et géopolitique mondial. 27° éd. Paris: [s.n.], 2006.
- BARRY, B. **Senegâmbia**: o desafio da história regional. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/UCAM-SEPHIS, 2000.
- BECK, L.; CHARLICK, B.; GOMIS, D.; MANGA, G.; JOHNSON, N. G.; COULIBALY, C.; CHARLICK, R.; UNITED STATES AGENCY FOR INTERNACIONAL DEVELOPMENT; WEST AFRICAN REGIONAL PROGRAM. **Afrique de l'Ouest, renforcement de la société civile pour la prévention des conflits**. Etude de cas sur la prévention des conflit et la consolidation de la paix: le conflit de la Casamansa et le processus de paix (1982-2001). [S.l.]: USAID/WARP, 2001.
- BRITO, I. de. A economia dos conflitos violentos em África. **Revista Lusófona de Estudos Africanos**, n. 1, 2008.

BRUIJN, M. de; VAN-DIJK, R. **Streth beyon of struture, social and historical trajectories of Agency in Africa**. Boston: Liden, 1997.

CLAPBAM, C. **Africa and the international system**. The politicians of state survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DAHOU, K.; CHEIKH, G.; HAZARD, E. **Les Dynamiques Transfrontalières en Afrique de l'Ouest**: analyse des potentiels de trois "pays de frontières" en Afrique de l'Ouest. Karthala: Enda Diapol./IDRC, 2007.

DAHOU, M.; GUEYE, K.; HAZARD, E. **Les dynamiques transfrontalières em afrique de l'ouest**: analyse des potentiels de trois "pays frontalières" en Afrique de l'Ouest-Le cas de la Sénagambie méridionale, Kharthala: IDRC, 2007.

DALLARI, D. de A. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DASYLVA, E. J. **Le Joola**: la memoire contre l'oubli. Ziguinchor: Imprimerie de Nena, 2003.

DAVIDSON, B. **Africa in history**. New York: Simon & Schuster, 1991.

DIALLO, B. **La crise casamençaise**: problematique et voies de solutions. Paris: L'Harmatan, 2009.

DIAS, E. C. **Da escola corânica tradicional a escolha árabe**: um simples aumento de qualificação do ensino muçulmano na Senegâmbia. Lisboa: ISCTE, 2003.

DIOP, C. A. **L'Afrique noir Pre-Coloniale**. [S.l.]: Presence Africaine, 1960.

EICHELSCHEIM, J. L. Formation d'Etat et particularisme en Afrique: les relations des Diola au sud du Senegal avec le pouvoir central de Dakar, Ed. **Afrika Focus**, v. 7, n. 3, 1991.

FAYE, O. **La crise casamançaise et les relations du Sénégal avec la Gambie et la Guinée- Bissau (1980-1992)**. [S.l.]: UCAD, 2008. Disponível em: <<http://www.histoire-ucad.org/archives/index.php/remository.html?func=showdown&id=72>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

FAYE, W. **The Casamansa Separatism**: from independence claim to resources. California: Logic. NPS, 2006.

GANDOLFI, A. **Les mouvements de libération nationale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

GIDDENS, A. **O Estado-nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: [s.n.], 2001.

GILES, T. R. **Estado, poder, ideologia**. São Paulo: EPU, 1985.

GONÇALVES, S. O declínio do Estado-nação: Globalização, integração europeia e reafirmação dos movimentos de identificação cultural subestatais. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. III, n. 5/6, p. 281-296, 2006.

KOUROUMA, A. **Les soleils des indépendances**. [S.l.]: Ed. du Seuil, Jan. 1970.

LOPES, C. **Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edição 70, 1982.

\_\_\_\_\_. **Os limites históricos de uma fronteira territorial**: Guiné “Portuguesa” ou Guiné-Bissau. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.

MALISKA, M. A. **Constituição e Estado pós-nacional**: reflexões sobre os desafios do direito constitucional em face da abertura da ordem jurídica estatal e das demandas internas por cidadania não homogeneizantes. 2006. Disponível em: <<http://multimidia.opovo.com.br/revista/marcos-augusto-maliska.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Max Weber e o Estado racional moderno: os desafios do Estado Moderno. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

MARUT, J. C. **Le conflit de Casamence**: ce que dise les armes. Paris: Khartala, 2010.

SONKO, B. Le conflit en Casamansa : une guerre civile oubliée. **CODESRIA**, bulletin, n. 3&4, p. 35, 2004.